



Entrevistada:
Geralda Eustáquia Ferreira



Geralda Eustáquia Ferreira nasceu em Belo Horizonte em 28 de julho de 1956, mora em Caeté (MG) e é psicóloga aposentada pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Coursou Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas da FUMEC/BH, tem Especialização em Educação de Surdos pelo INES, Pós-graduação em Psicologia Educacional pelo CEXPIEMG/BH, Pós-graduação em Educação Especial pela UFMS/Campo Grande, em parceria com a Federação Nacional das APAEs (Projeto Águia) e Mestrado em Psicopedagogia da Educação pela Universidad de La Habana/Cuba.

1. Como você sabe, essa entrevista será publicada em uma Edição Especial da Revista Espaço, em comemoração pelos 20 anos do Decreto 5626/2005. Gostaríamos de ler, em nossa revista, memórias do processo histórico de lutas e conquistas da comunidade surda em nosso país. Conte um pouco sobre o seu percurso pessoal na história da Educação de Surdos e/ou na história da regulamentação da Libras

A inserção no contexto da surdez se deu em 1983, início de minha atuação no setor de psicologia, na Escola Estadual Francisco Sales - Instituto da Deficiência da Fala e da Audição/BH. Na época, a escola era oralista e seguia a metodologia oral, defendida pela professora Álpia Ferreira Couto. Naquele lugar, percebi que a barreira de comunicação afetava profissionais, pais e alunos, o que me intrigava profundamente. Porém, em eventos dentro da própria escola comecei a ter contatos com surdos adultos da ASM - Associação de Surdos de Minas Gerais, os quais me levaram a entender a necessidade de observação/aprofundamento... Vi que teorias psicológicas e pedagógicas na área eram insuficientes e ultrapassadas... Depois de atuar dois anos nesse "espaço de dupla

cultura”, me vi despertando e utilizando os sinais que aprendia no convívio diário com alunos. Meu primeiro professor oficial foi Antônio Campos de Abreu, com quem tenho uma grande amizade e uma profunda gratidão, pois ele é o “culpado” pelo meu despertar... A princípio, numa pequena sala do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais participei da primeira turma: eram “sinais e gestos” elementares, selecionados por grupos temáticos e sem didática, mas minha interação na escola e na associação cresceu consideravelmente e aprendi rápido. Durante minha participação do curso de especialização promovido pelo INES em 1986, insisti para que a disciplina “LINGUA DE SINAIS” fosse oferecida aos alunos, que como eu acreditavam na ampliação do conhecimento linguístico-cultural da comunidade surda. Ana Regina e Souza Campello (na época professora) foi convidada para, pela primeira vez na história do INES, atuar como docente de aulas práticas da língua de sinais. Logo depois, tive oportunidades de viajar para os Estados Unidos e ali participar de um Encontro sobre Educação e Comunicação de Surdos, no NTID (National Technical Institute for The Deaf), Rochester/NY; fiz estágios junto à Universidade de San José/Costa Rica, na área da educação/estimulação precoce para bebês surdos; estudos e estágios junto ao Conselho Português de Psicologia, em escolas especiais de Lisboa, Coimbra, Porto e Braga, daquele país, denominadas APECDAS (Associação de Pais para Educação de Crianças Surdas). Tais experiências enriqueceram minha prática e me possibilitaram participar de eventos no país, principalmente, assessorando a Federação das APAEs de Minas Gerais. Já estava “confortavelmente” instalada no mundo dos surdos e participava ativamente do movimento e da luta pelos direitos linguísticos destes ao lado de líderes de expressão daquela época. Antônio Campos de Abreu, Ana Regina e Souza Campello e Fernando Valverde foram meus grandes mestres – com eles aprendi a ver, entender, criar, sentir e sofrer experiências que me faziam, cada vez mais, me opor ao oralismo (que eu vinha criticando desde 1983...). Acabei por me banhar nessa língua que fomentou meu trabalho na escola e em minha docência. A Câmara Técnica “O Surdo e a Língua de Sinais”, promovida pela CORDE e FENEIS, em Petrópolis/1996, foi para mim, o primeiro passo de profundidade, pois possibilitou o encontro científico de profissionais brasileiros preocupados na ampliação da pesquisa sobre língua de sinais e a discussão da abrangência dessa na educação e na inserção social dos surdos. Tive oportunidades mil nessa área como a fundação da FENEIS (anteriormente FENEIDA), de inúmeras associações de surdos em Minas e no Brasil, APADAs e criação de salas de comunicação total nas APAEs e em escolas estaduais... Atuei na FENEIS até a conclusão do mestrado; contudo continuei alimentando, mesmo à distância, esse convívio que me é tão caro. Recentemente participei do projeto “Rodas de Conversas de TILS para TILS” como colaboradora para elaboração de um estudo histórico sobre o trabalho de intérpretes tradutores de língua de sinais no Brasil entre 1980 até 2024, num time formado pelo Dr. Ricardo Ernani Sander (UFPR) e pela doutoranda Ana Yung (UFSC). Atuei como intérprete desde 1986 e ainda sou convidada para essa tarefa, mas confesso que nossa responsabilidade atual em relação a essa nova profissão impõe maior complexidade, dada as inúmeras necessidades atuais de comunidade.

2. Quais foram as principais lutas da comunidade surda antes da criação do decreto?

A temática da Língua de Sinais sempre foi foco da comunidade surda e observações/queixas frequentes eram relatadas/denunciadas em eventos e reuniões com pessoal envolvido. Assim, devido à demanda cada vez mais crescente da liderança da comunidade surda e em parceria com a FENEIS – MG, na pessoa de Antônio Campos, documentos reivindicatórios foram encaminhados incansavelmente a políticos e estudiosos, baseados em estudos

americanos e europeus, sobre o uso e abrangência da língua de sinais no contexto educacional/comunicativo. Esses, revisados diversas vezes, para maior robustez, foram entregues à professora Marlene Gotti, junto à Secretaria Nacional de Educação Especial do MEC em Brasília, para análise de sua fundamentação e consistência. A professora forneceu as orientações específicas e metodológicas que fundamentaram o devido encaminhamento para que, finalmente, fosse elaborado o Decreto acima mencionado; luta que durou árduos anos de trabalho da FENEIS e das Associações de Surdos, juntamente com o INES e escolas estaduais e municipais de todo o Brasil. Acredito que essa participação coletiva foi condição sine qua non para sua aprovação e motivo de comemoração desses vinte anos.

3. Como a educação de surdos era tratada antes do reconhecimento oficial da Libras?

Como já mencionei anteriormente, os bloqueios de comunicação eram profundos e sempre tratados como problemas dos surdos e não como questões sociais e culturais que deveriam ser analisadas anteriormente ao enfoque educacional e escolar. Distanciavam pais e filhos, escola e alunos, surdos e sociedade; enfim, o problema era muito maior do que a simples desenvoltura da “fala”. Dentro das escolas especiais, os surdos não eram considerados agentes e os professores também sofriam por não ver suas tentativas atingirem “todos” os alunos. As queixas dos pais eram focadas em rebeldia e estranhamento dos filhos. Acredito que o caos “incomodava” a todos (que se negavam a ver esse desafio por outro ângulo). O sucesso era ínfimo e muitas das vezes havia mais frustrações do que avanços, principalmente da comunidade surda ansiosa, por ver seu desejo de entender e de ser entendido, ser satisfeito e atendido. Professores e profissionais que optavam pelo uso dos “sinais” eram vistos com “maus olhos” e, por vezes, eram discriminados e isolados dentro da escola. Presenciei e vivi esse fenômeno na carne. Tudo era muito maior do que a oralização preconizada e os resultados educacionais levavam à evasão escolar além do grande isolamento social, devido ao fracasso dos alunos em aprender o que era “dito em outra língua”.

4. O que motivou a criação do Decreto 5.626/2005 e qual foi sua participação nessa luta?

Todos esses entraves que citei acima e, principalmente, a luta da FENEIS pelo reconhecimento da língua de sinais no Brasil, foram e são fatores que alicerçam a luta da comunidade surda brasileira pela forma genuína de interação social – o motivo pelo qual esse Decreto tem sua relevância. O principal evento, a meu ver, que mostrou de forma escancarada o grito da comunidade surda, foi a realização do V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, promovido pela FENEIS em parceria com a UFRGS, em Porto Alegre no ano de 1999. Em outras palavras, através dele, surdos, profissionais e pesquisadores convergiram na luta em prol da melhoria da qualidade de ensino e educação na área, e, conseqüentemente, à participação social dos surdos no mundo. Através da língua de sinais, surdos recebem informações de todos os níveis e podem expressar desejos, críticas, ideias, etc... Isso já é motivo mais do que sustentável para que esse Decreto fosse criado. Estive ao lado da FENEIS e de sua diretoria durante todo o processo, defendendo essa premissa, apoiando e acompanhando cada passo das negociações entre poder público e comunidade surda, esclarecendo às famílias e profissionais quanto a importância da participação coletiva para alcançar tal objetivo, e, não menos importante, aproveitando cada oportunidade para ampliar o conhecimento teórico-prático do uso da língua de sinais.

5. Quais são os principais avanços conquistados desde a promulgação do decreto?

Creio que o fato de hoje podermos contar com escolas e professores bilíngues, intérpretes que atuam em várias áreas, profissionais sensíveis às questões linguísticas e culturais, universidades voltadas para essa temática/demanda, agrega muitas conquistas nessa área específica. Contudo, a ampliação cultural, educacional, profissional e social da comunidade surda não para por aqui. Há muito ainda a ser conquistado com a melhoria do que é oferecido à comunidade surda brasileira, na atualidade. Podemos citar, especialização do profissional intérprete/tradutor em áreas específicas (política, esporte, religião, educação, saúde etc.) Notamos, ainda, que a comunidade surda, a partir desse grande passo, viu ampliadas as suas oportunidades acadêmicas, visibilidade do universo surdo diante da sociedade ouvinte e observo que, hoje, os ouvintes vêm a surdez com outros olhos... Eles sabem o que é LIBRAS, para que serve (mesmo que não saibam falar) e estão abertos a interagirem com surdos porque podem contar com profissionais que atuam como canal para que isso aconteça. Em igrejas, por exemplo, esse universo era pequeno e atualmente o trabalho é oferecido de forma segura. Em consultórios, interrogatórios policiais, entrevistas de emprego, o alcance da língua de sinais como instrumento é exemplo de que “conhecer é o início de aceitar”.

6. O decreto traz determinações sobre o ensino da Libras nas escolas e nas universidades. O que você acha que avançou em relação a esse item e o que ainda falta conquistar?

Todos os dias o ser humano almeja e conquista mais, novas tecnologias e novas formas de interagir estão à disposição para alcançar resultados favoráveis às demandas. Isso é característica essencial do ser humano, bem como sua forma genuína de ser/estar no mundo. Sendo assim, considero que não precisamos reinventar a roda, mas aprimorar o que ganhamos até agora em termos de educação e interação na área. Empresas, universidades e políticas são para todos... e, no caso da comunidade surda brasileira, sinto que o primeiro grande passo já foi dado. A seguir, novos passos serão dados, pois o ser humano (surdo ou não) é um ser para o futuro, de conquistas, em constante evolução. A literatura a respeito tem sido mais consistente e real, as oportunidades são oferecidas à medida em que os interessados cavam por elas; e o mundo melhora quando um grupo adquire maior visibilidade. Penso que ao ampliar oportunidades educacionais através da língua de sinais leva a comunidade surda ao lugar que ela sempre almejou e teve direito: conhecimento e participação social. Creio que é fundamental ainda fomentar as pesquisas na área, favorecendo a criação e/ou melhoria do ensino teórico-prático da língua de sinais nos seus aspectos neurológicos, sociais e psicológicos, o que vai ao encontro à demanda crescente da população que busca profissões a ela relacionadas, afinal os cursos de Letras- LIBRAS merecem ser aprimorados dado a riqueza da língua de sinais, como qualquer outra língua.

7. De que forma o Decreto 5.626/2005 dialoga com a inclusão social dos surdos?

Só de constatar o tanto que a comunidade surda amadureceu nesses vinte anos, percebemos que o Decreto abriu muitas portas para a interação social dos surdos. Observando uma foto de como o surdo atuava socialmente em 2004 e comparando com uma foto atual, percebemos que os dois lados ganharam em interação: possuem hoje uma compreensão mais madura do mundo que os cerca; sensibilidade, aceitação e relacionamento. Emissoras de tv, gabinetes políticos e aplicativos de telefonia e internet estão sempre inovando e buscando

alternativas para a melhoria da comunicação com seus usuários.

8. De que forma o decreto contribuiu para a valorização e viabilidade da identidade surda?

Existe um ditado popular que diz: “O que não é visto, não é desejado.” Ao ver/conhecer algo ou alguém, o outro desperta para o desejo de conhecer, para a interação, para a busca de contato e, principalmente para o convívio possível. Percebo que ao ser “visto, conhecido e percebido” alguma coisa suscita, no outro, a curiosidade. Essa característica do ser humano é uma via de mão dupla: surdos e ouvintes buscam a compreensão uns dos outros, ganham oportunidades e satisfazem interesses. Acrescento ao ditado popular: “O que não é visto, não é almejado...” A ampliação do contato/convívio entre surdos e ouvintes alcançou um grande passo nesse período – nada comparado ao que tínhamos antes; e nada comparado ao que podemos vislumbrar daqui para frente. Novas condutas, novas oportunidades, novas conquistas. E, vou mais longe: penso que o surdo deixou de ser um “quase cidadão.”

9. O decreto obriga as instituições a garantirem acessibilidade comunicacional aos surdos? Como você acha que isso está ocorrendo? Houve avanços? Há necessidade de melhorar nesse aspecto?

Nada está definitivamente acabado em termos de línguas (no caso de língua de sinais), pois o ser humano é um sujeito que busca sempre, ele quer ser mais: mais feliz, mais entendido, mais aceito, mais entendido em suas demandas. É claro que muito ainda deve ser feito para alcançar a melhoria da qualidade de ensino oferecido à população; contudo a construção coletiva é que vai apontando gradualmente o que melhorar, pesquisar e mudar. Avanços ocorrem, mas as necessidades de melhorias vão surgindo a cada passo dado. Não acredito que apontar falhas é a forma mais adequada para analisar o contexto atual. São as pesquisas que dão a real amostra do que fazer, quando e como fazer. Fomentar a pesquisa na área seria a melhor maneira de avançar a acessibilidade de comunicação.

10. Você gostaria de deixar alguma mensagem ou inspiração para a comunidade surda e para a sociedade em geral?

Apreendi com a comunidade surda que agir comunica mais do que um mero ato de presença... Sendo assim, gostaria aqui de agradecer a cada pessoa surda com quem aprendi a língua de sinais. Com esse convívio tão estreito e caro para mim conheci seres sensíveis que alicerçaram meu trabalho em psicologia, educação e tradução. Considero-me privilegiada ao ter acesso a uma forma intrigante de ver/estar no mundo. Antônio Campos de Abreu, Ana Regina e Souza Campello, Fernando Valverde são lembranças afetivas que levo comigo (para sempre). Agradeço também aos meus professores e parceiros de viagem: Ricardo E. Sander, Maria Marta Ciccone, Esmeralda Stelling, Professor Geraldo Cavalcanti (*in memoriam*) e a todos que convivi na FENEIS e associações de surdos. Convido aos profissionais interessados em atuar com os surdos que convivam “juntinho” com eles para tomarem um banho de “linguagem” como eu tomei durante tantos anos de risos e choros, idas e vindas, chegadas e partidas, quedas e conquistas. Repito que “conhecer é o início de aceitar”¹. Muito obrigada ao INES por esta rica oportunidade de partilhar.

¹ “Conhecer é o início de aceitar” (frase retirada do livro Comunicação Total de Maria Marta Costa Ciccone, ed. Cultura Médica, 1986.)